

**A Agricultura Familiar na Comunidade de Países de Língua Portuguesa: o que é, como mensurá-la e que políticas públicas para a sua promoção.**

**Contribuições da REDSAN-CPLP e da Plataforma de Camponeses da CPLP**

Junho de 2014



## Resumo

O presente documento pretende sistematizar contribuições por parte dos membros nacionais da Plataforma de Camponeses da CPLP e da Rede Regional para a Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (REDSAN-CPLP), relativas à identificação de áreas prioritárias de intervenção para o Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP, nomeadamente ao nível do Eixo 3 da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP), que explicita a importância de *aumentar a disponibilidade de alimentos com base nos pequenos produtores*.

Os resultados deste processo participativo de consulta e discussão constam deste documento político regional, validado pelos parceiros nacionais, o qual será utilizado em acções de advocacia e de lobby junto de governos, CPLP e FAO, no sentido de alertar para a necessidade de acções de fortalecimento da agricultura familiar. Resultados preliminares deste documento de posicionamento político foram partilhados durante a Primeira Reunião do Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar da CPLP (Maio de 2014, Brasília), na qual a Plataforma de Camponeses da CPLP participou com uma delegação de seis membros.

Além da actualização e complementação dos dados nacionais sistematizados resultado da consulta electrónica “Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP”, levada a cabo pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em 2012, solicitou-se às redes nacionais e à Plataforma de Camponeses da CPLP a resposta a um questionário que versa sobre os seguintes pontos: i) principais critérios a tomar em consideração para classificar um agricultor como “familiar”; ii) instituições nacionais que poderiam centralizar um possível sistema de reconhecimento e cadastro (identificação) de agricultores familiares; iii) proporção adequada de representantes dos agricultores familiares nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional a nível nacional; iv) prioridades de intervenção para reforço da agricultura familiar a apoiar pela ESAN-CPLP.

As contribuições dos parceiros nacionais da REDSAN-CPLP e da Plataforma de Camponeses da CPLP serão apresentadas no presente documento, organizadas nos seguintes tópicos: i) Breve discussão conceptual de agricultura familiar; ii) Tipologia de agricultura familiar, incluindo critérios a tomar em consideração para determinar a categoria de agricultor familiar; iii) Centralidade da participação de representantes dos agricultores familiares nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional a nível nacional; iv) Prioridades de intervenção e recomendações.

Este documento de trabalho foi preparado pela ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, sob a coordenação de Joana Rocha Dias e com contribuições dos parceiros da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (REDSAN-CPLP) e da Plataforma de Camponeses da CPLP.

Este documento foi co-financiado pela Comissão Europeia, no âmbito do projecto *International Food Security Network* (IFSN), implementado pela Organização Não Governamental internacional ActionAid.

“Os agricultores familiares não são parte do problema [da fome<sup>1</sup>]. São parte da solução rumo à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável”<sup>2</sup> (Graziano da Silva, Director-Geral da FAO, 2013)

## 1. Contexto

A agricultura familiar é a forma predominante de agricultura tanto nos países desenvolvidos<sup>3</sup> quanto nos países em desenvolvimento, sendo desempenhada maioritariamente por mulheres<sup>4</sup>. Existem mais de 400 milhões de agricultores familiares no mundo que, de uma amostra de 93 países, representam uma média de 80% das explorações agrícolas (Silva, 2013). Ainda que a agricultura familiar represente 80% da produção mundial e 75% dos produtores de alimentos (ActionAid, 2013), o

---

<sup>1</sup> Actualmente, cerca de 842 milhões de pessoas padecem de fome crónica e estima-se que mais de dois bilhões de pessoas são afectadas pela falta de micronutrientes que impedem o desenvolvimento humano e socioeconómico. O número de pessoas subnutridas no espaço CPLP ronda os 28 milhões, distribuídas da seguinte forma: Angola – 5,4 milhões; Brasil – 13 milhões; Cabo Verde – 44,5 milhares; Guiné-Bissau – 13 milhares; Moçambique – 9,4 milhões; São Tomé e Príncipe – 12,3 milhares; Timor-Leste – 460 milhares (Sarmiento, 2013).

<sup>2</sup> Tradução livre. No original, “*Family farmers are not part of the [hunger] problem. They are part of the solution for food security and sustainable development*”.

<sup>3</sup> A UE afirma na sua página virtual oficial que “*Family farming is the most common operational farming model in Europe and thus of great importance in the EU*”. Também a Coordenação Europeia da Via Campesina (2013) corrobora que “as pequenas e médias explorações agrícolas são a espinha dorsal económica e social da agricultura europeia, a mais poderosa do planeta, onde as explorações têm em média 14 ha, mais de 69% têm menos de 5 ha e apenas 2,7% mais de 100 ha”.

<sup>4</sup> Segundo a ActionAid e Peoples Solidaires (2011), entre 60 e 80% dos produtores familiares do Sul Global são mulheres. No caso específico da CPLP, num número significativo de países (Angola, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) as mulheres constituem a maioria da força de trabalho na agricultura, pelo que o papel desempenhado pela mulher na agricultura familiar é fundamental (Sarmiento, 2013).

mais irónico é que *“mais de 70% da população em situação de insegurança alimentar reside em áreas rurais de países em desenvolvimento. Inclui agricultores familiares, especialmente produtores de subsistência”*<sup>5</sup> (Silva, 2013). Este contexto é uma realidade também no conjunto dos Estados membros da CPLP, onde, não obstante as especificidades dos distintos países, os produtores familiares agrícolas representam, em média, mais de 75% das explorações agrícolas (mais de 80% nos casos de Angola e São Tomé e Príncipe; e mais de 90% em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique). Igual preponderância assumem a pecuária familiar e a pesca tradicional (particularmente, em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique). Os produtores familiares ascendem no conjunto da CPLP a cerca de 11.500 milhões (Sarmiento, 2013)

A importância da agricultura familiar tem vindo a ser reconhecida quer a nível internacional, quer a nível nacional, através de políticas (directas ou indirectas) de protecção, valorização e promoção da agricultura familiar, visando alcançar a segurança alimentar e nutricional nos respectivos países. Ao nível regional, a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP), aprovada pelos Estados-membros em 2011, define três prioridades de intervenção, entre as quais se conta o Eixo 3 que explicita a importância de **aumentar a disponibilidade de alimentos com base nos pequenos produtores**, através de acções concretas relativas a: i) troca e partilha de experiências para apoio de agricultores familiares (iniciativas de identificação, cadastro e desenvolvimento de políticas públicas para apoio aos pequenos produtores agrícolas); ii) desenvolvimento da agro-indústria, baseada em tecnologias sociais de produção, processamento e comercialização; iii) estabelecimento de linhas de financiamento e crédito agrícola a pequenos produtores; iv) formação nas áreas de acesso à terra e gestão sustentável de recursos naturais; v) compras governamentais à pequena agricultura, por intermédio de políticas sociais, como a alimentação escolar; vi) estudos e pesquisas para a análise de formas de produção e tecnologias sustentáveis; vii) empoderamento de mulheres rurais.

---

<sup>5</sup> Tradução livre. No original, *“At the same time (...) over 70 percent of the food insecure population lives in rural areas of developing countries. They include family farmers, especially subsistence producers”*.

Corroborando o reconhecimento da centralidade da produção familiar, as Nações Unidas consagraram o ano de 2014 como o **Ano Internacional da Agricultura Familiar**, recomendando aos Chefes de Estado e de Governo da CPLP que: (i) reconheçam a importância fundamental da agricultura familiar e da pesca sustentáveis para a disponibilidade interna de alimentos e para o desenvolvimento territorial; (ii) implementem as Directrizes Voluntárias Para Uma Gestão Responsável Da Posse da Terra, Pescas e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional.

A prioridade conferida por distintas instâncias internacionais à agricultura familiar imprime oportunidades relevantes para o fortalecimento dos intercâmbios entre os países da CPLP, a partir, inclusive, do **Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar da CPLP** (GT AF-CPLP), criado em Julho de 2012 durante a Primeira Sessão do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP). Este Grupo de Trabalho reúne representantes do governo e da sociedade civil para definir prioridades e estratégias relacionadas com o princípio de intervenção 3 da ESAN-CPLP. Em Novembro de 2013, o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar da CPLP reuniu na cidade da Praia, Cabo Verde, reiterando a necessidade de os Estados-membros convocarem com a maior brevidade a reunião do GT AF. Finalmente, em Abril de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Secretaria Pro Tempore de Moçambique, com o apoio financeiro da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), convocou os representantes nacionais e secretariado técnico da Plataforma de Camponeses da CPLP para a I Reunião do Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP, a qual teve lugar em Brasília, de 27 a 29 de Maio de 2014<sup>6</sup>. No dia anterior, 26 de Maio, a Plataforma de Camponeses reuniu-se a fim de preparar a sua participação na reunião do Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar, tendo validado o presente documento.

---

<sup>6</sup> Ver Declaração do Grupo de Trabalho em Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP em xxx.

Reconhecendo a importância da realização da reunião do GT AF-CPLP e posterior segunda sessão do CONSAN, em consonância com as áreas de actuação previstas no Eixo 3 da ESAN-CPLP, a Rede da Sociedade Civil de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (REDSAN-CPLP) apresenta os resultados do presente estudo, com recomendações específicas, relativas ao fortalecimento dos produtores familiares, com vistas à realização do Direito Humano à Alimentação nos países da CPLP.

## **2. Objectivo**

O presente documento pretende sistematizar contribuições por parte dos membros nacionais da Plataforma de Camponeses da CPLP e da REDSAN-CPLP, no que respeita a identificação de áreas prioritárias de intervenção para o Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar da CPLP, na perspectiva de uma implementação consistente e consolidada da ESAN-CPLP.

Este projecto de investigação está em conformidade com o primeiro e segundo objectivos-chave do AIAF<sup>7</sup>, na medida em que pretende subsidiar a formulação de políticas sociais, agrícolas, fundiárias e ambientais que promovam a agricultura familiar sustentável e contribuir para maior conscientização pública sobre a diversidade e a complexidade dos sistemas de produção e consumo da agricultura familiar.

## **3. Metodologia**

A plataforma global para discussões on-line e consultas sobre segurança alimentar e nutricional (Fórum Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional), lançada em 2007 pela Divisão de Economia do Desenvolvimento Agrícola da FAO, realizou, durante

---

<sup>7</sup> Os objectivos-chave do AIAF são: (i) apoiar a formulação de políticas que promovam a agricultura familiar sustentável; (ii) aumentar o conhecimento, a comunicação e conscientização pública; (iii) obter um melhor entendimento das necessidades, potencial e restrições da agricultura familiar e assegurar apoio técnico; (iv) criar sinergias para a sustentabilidade.

quatro semanas no final de 2012, uma consulta electrónica denominada “Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP”. Treze membros e representantes de organismos de autoridade competentes, organizações da sociedade civil, ONGs e investigadores académicos participaram desta consulta, assegurando a participação de todos os países da CPLP, com a excepção de Timor-Leste. O presente estudo utilizou os resultados desta recente consulta electrónica, particularmente no que respeita os contributos dos participantes sobre o papel da produção familiar para a produção agrícola e piscícola e as políticas e instrumentos direccionados aos produtores familiares existentes.

A sistematização dessa informação foi partilhada e discutida com as redes nacionais, visando actualizar e complementar os dados existentes. Além desta actualização e complementação de dados, foi facilitado um processo de consulta aos parceiros nacionais da REDSAN-CPLP, no sentido de agregar informação relativa às oportunidades de intervenção ao nível nacional e regional, no que respeita o princípio de intervenção 3 da ESAN-CPLP. A Plataforma de Camponeses da CPLP participou também deste processo<sup>8</sup>.

Após o processo de consulta aos parceiros nacionais, os resultados foram sistematizados, dando origem ao documento político regional que ora se apresenta, a ser utilizado pelos parceiros nacionais em acções de advocacia e de lobby junto de governos, CPLP e FAO, no sentido de alertar para a necessidade de acções de fortalecimento da agricultura familiar. O documento de posicionamento político será igualmente utilizado como base para a discussão que terá lugar no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar, no qual a Plataforma de Camponeses da CPLP participa.

Além da actualização e complementação dos dados nacionais sistematizados resultado da consulta online, solicitou-se, assim, às redes nacionais e à Plataforma de

---

<sup>8</sup> Note-se que Timor Leste não é ainda formalmente parte da REDSAN-CPLP nem da Plataforma de Camponeses da CPLP, pelo que a situação do país não é analisada neste documento.

Camponeses da CPLP a resposta a um questionário<sup>9</sup> que versa sobre os seguintes pontos: i) principais critérios a tomar em consideração para classificar um agricultor como “familiar”; ii) instituições nacionais que poderiam centralizar um possível sistema de reconhecimento e cadastro (identificação) de agricultores familiares; iii) proporção adequada de representantes dos agricultores familiares nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional a nível nacional; iv) prioridades de intervenção para reforço da agricultura familiar a apoiar pela ESAN-CPLP.

Trataremos, na sequência, as contribuições dos parceiros nacionais da REDSAN-CPLP e da Plataforma de Camponeses da CPLP, dividindo o presente documento nos seguintes tópicos:

- Breve discussão conceptual de agricultura familiar;
- Tipologia de agricultura familiar, incluindo critérios a tomar em consideração para determinar a categoria de agricultor familiar;
- Centralidade da participação de representantes dos agricultores familiares nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional a nível nacional;
- Prioridades de intervenção e recomendações.

#### **4. A categoria “agricultura familiar”**

##### **4.1. Conceito e contribuições da agricultura familiar**

Agricultura familiar refere-se a um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens (FAO, 2013). Interligada intimamente a diversas áreas do

---

<sup>9</sup> Ver anexo 1 – Questionário disseminado pelos parceiros nacionais da REDSAN-CPLP e pela Plataforma de Camponeses da CPLP.



desenvolvimento rural, a agricultura familiar tem um importante papel socioeconómico, ambiental e cultural.

Dados empíricos atestam que, desde que reúnam condições mínimas de produção (acesso e controlo sobre a terra e outros recursos naturais, acesso a crédito e a assistência técnica), os agricultores familiares<sup>10</sup> têm desempenhado a sua função de produtores com eficiência, participando efectivamente na composição do valor bruto da produção agropecuária. O fraco desempenho dos agricultores descapitalizados é reflexo das dificuldades de acesso à terra, capital, crédito rural e à assistência técnica, sendo que estes poderão explorar o seu potencial de produtividade “quando políticas adequadas são implementadas” (FAO/INCRA, 2000). De facto, ao estimular circuitos locais de produção e consumo e ao gerar postos de trabalho, a agricultura familiar tende a impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a protecção social e o bem-estar das comunidades. Como resume o trabalho do INCRA/FAO (2000), as estruturas da agricultura familiar, “além de serem mais produtivas, asseguram melhor a preservação ambiental e são economicamente viáveis”.

Ainda assim, a agricultura familiar não deve ser associada ou analisada unicamente como contributo produtivo, já que reflecte um modo de vida e está geralmente associada a valores de compromisso, solidariedade, partilha, os quais devem ser tidos em consideração numa análise que pretenda qualificar e quantificar os agricultores familiares existentes. De facto, além da contribuição inegável para a produção alimentar<sup>11</sup>, e na medida em que utilizam práticas diversas e adaptadas, as estruturas da agricultura familiar contribuem, decisivamente, para o uso sustentável dos recursos naturais e para a protecção e promoção da diversidade biológica (nomeadamente,

---

<sup>10</sup> Grosso modo, os agricultores familiares incluem produtores de pequena e média escalas, povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores, pequenos pecuaristas, colectores e outros grupos.

<sup>11</sup> A produção de alimentos é considerada pelos participantes na consulta pública online realizada pela União Europeia (2013), a par com a segurança alimentar, como a principal contribuição da agricultura familiar.

agrobiodiversidade, sementes tradicionais) e de conhecimentos e práticas tradicionais associados.

Não obstante o peso preponderante da produção familiar nas explorações agrícolas e da utilização de mão-de-obra familiar<sup>12</sup>, a produção familiar ocupa uma parcela bastante reduzida da área agrícola total utilizada (FSN Forum, 2012) e as políticas agrícolas e fundiárias raramente contemplam o seu papel em todas as suas vertentes. Urge, portanto, passar a considerar o agricultor familiar como um actor produtivo e não mero sujeito de políticas sociais, definindo mais atentamente o conceito de agricultor familiar, de forma a contemplar as especificidades dos distintos países do mundo lusófono.

#### **4.2. Categoria “agricultura familiar” nos países da CPLP**

A categoria de produtores familiares está legalmente reconhecida no Brasil<sup>13</sup>, mas o seu reconhecimento é inexistente ou informal nos demais Estados-membros da CPLP (sem prejuízo da inclusão destes produtores noutras categorias, tais como “agricultores autónomos”, “pequenos produtores agrícolas” ou “camponeses”). É de assinalar, na maioria destes países, uma generalizada falta de informação precisa e actualizada sobre o estado da agricultura, em particular da agricultura familiar, decorrente da debilidade dos sistemas de informação e das limitadas capacidades técnicas, humanas e financeiras. Torna-se, portanto, imprescindível reforçar a recolha de dados estatísticos agrícolas e fortalecer os sistemas de informação, avaliação e

---

<sup>12</sup> A título de exemplo, em Portugal, segundo dados do Recenseamento Agrícola (RGA) 2009, os responsáveis jurídicos e económicos das explorações agrícolas são esmagadoramente produtores singulares (97%), sendo estes maioritariamente autónomos, o que significa que utilizam principalmente mão-de-obra familiar (destes, 77% têm menos de 5 ha e 94% menos de 20 ha). Segundo a mesma fonte, a população agrícola familiar que trabalha na exploração corresponde a 83% dos indivíduos (contribuindo os produtores agrícolas singulares com 45%, os seus cônjuges com 31% e os outros membros da família com 24%).

<sup>13</sup> Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm), consulta a 22 de Maio de 2014.

monitorização da Segurança Alimentar e Nutricional na maior parte destes países (Sarmiento, 2013).

A análise da agricultura familiar nos países da CPLP requer, conseqüentemente, um tratamento muito sensível dos dados disponíveis, já que frequentemente as ferramentas estatísticas desprezam essa categoria. Na medida em que as estruturas agrárias nos distintos países da CPLP são diversas (nomeadamente no que respeita a disponibilidade de terras e de infra-estruturas e a sua relação com a biodiversidade e o meio ambiente), a categoria de agricultor familiar terá, necessariamente, de contemplar as especificidades dos distintos países.

No contexto da CPLP, a categoria de agricultores familiares deverá ser repensada a partir, também, das suas relações sociais de produção, ultrapassando e desafiando visões simplistas de atribuição de um limite máximo de área ou de um valor de produção à unidade familiar.

Como mencionado, o Brasil conta, desde 2006, com uma Lei específica da Agricultura Familiar (Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006), que estabelece as directrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, estipulando no artigo 3º do texto actualmente vigente:

*“considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:*

*I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;*

*II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;*

*III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;*

*IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.*

*§ 1o O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais”.*

**Fonte:** Artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006

Em conformidade com os resultados do processo de consulta realizado com os parceiros nacionais da REDSAN-CPLP e da Plataforma de Camponeses da CPLP, indicamos os principais critérios que deverão ser tomados em consideração para classificar uma estrutura agrícola como “estrutura de agricultura familiar”:

- Dimensão do espaço cultivável: a área/extensão máxima do estabelecimento é determinada pelo que a família pode explorar com base no seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe;
- Percentagem da mão-de-obra familiar envolvida na exploração: o rendimento retirado da actividade agrícola e actividades conexas (transformação, artesanato, agro-turismo, prestação de serviços, etc) resulta, predominantemente, do trabalho do agricultor e sua família (enquanto na agricultura patronal o rendimento retirado da actividade agrícola resulta, predominantemente, da exploração do trabalho de terceiros que não família);
- Rendimento da actividade agrícola e actividades conexas representa um peso significativo no rendimento global do agricultor (para o cálculo do rendimento resultante da actividade agrícola e actividades conexas deve ser contabilizado o comércio informal, o auto consumo e os subsídios ao sector);
- Direcção/gestão: compete ao produtor;
- Diversificação e integração de culturas na área de produção: horticultura, orizicultura, fruticultura, silvicultura, pequena criação animal, exploração de produtos florestais, pesca artesanal e transformação de pescado;

- Forma de produção tendo em conta a sustentabilidade dos recursos naturais e produção ecológica (sem recurso a adubos químicos, pesticidas, herbicidas, sementes híbridas) e promoção de saberes, técnicas tradicionais associadas à produção e tradições culturais da família em relação a agricultura;
- Produção de alimentos também para consumo familiar: a subsistência da família depende fundamentalmente dos alimentos produzidos;
- Ligação à comunidade local<sup>14</sup>: este elemento comunitário é particularmente relevante no contexto africano;
- Dimensão económica máxima: o Valor Bruto da Produção (por estabelecimento) inferior a um valor específico, em função de cada contexto nacional (a renda total capta aspectos da actividade produtiva, entre as quais: inserção no mercado, transformação e beneficiamento de produtos agrícolas no interior do próprio estabelecimento e autoconsumo).

Estes elementos deverão ser analisados e negociados de forma consistente e integrada no conjunto dos países da CPLP. Neste sentido, vale sublinhar a experiência e conquistas da Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul (REAF), espaço de articulação onde participam governos e organizações sociais representativas dos países membros do Mercosul. Este processo de discussão e negociação de uma definição formal de Agricultura Familiar para o Bloco Mercosul levou anos, tendo culminado na Resolução Comunitária 25/2007 do Grupo Mercado Comum, que confere um reconhecimento mútuo da legitimidade de políticas diferenciadas para a Agricultura Familiar e seus instrumentos<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Segundo a consulta online realizada pela União Europeia (2013), relativamente às qualidades associadas à agricultura familiar, os inquiridos consideraram como elementos mais relevantes a ligação à comunidade local, a sustentabilidade e a qualidade de produtos.

<sup>15</sup> Critérios comuns para identificar populações que conformam o conjunto da Agricultura Familiar, segundo a Resolução Comunitária 25/2007 do Grupo Mercado Comum: "i) *La mano de obra ocupada en el establecimiento corresponderá predominantemente a la familia, siendo limitada la ocupación de trabajadores contratados; ii) La familia será responsable directa de la producción y gestión de las*

### **4.3. Centralização do sistema de reconhecimento e cadastro de agricultores familiares**

Na opinião dos parceiros nacionais que compõem a REDSAN-CPLP e da Plataforma de Camponeses da CPLP, o sistema de reconhecimento e cadastro de agricultores familiares deverá estar centralizado nas seguintes organizações nacionais:

- Ministério responsável pelo Agricultura e Desenvolvimento Rural (Ministério da Agricultura / Ministério do Desenvolvimento Rural / Ministério da Agricultura e do Mar), através das Direcções e Gabinetes competentes (Direcção Geral de Agricultura / Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas / Gabinete de Planeamento e Políticas / Instituto Nacional de Pesquisa Agrária / Serviços de Extensão Rural e Estatística Agrícola);
- Departamento / Instituto Nacional de Estatísticas.

Saliente-se que, decorrente de conquista da REAF, no Brasil, o Cadastro da Agricultura Familiar já vem sendo realizado e tem sido coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

**A actuação congruente destas organizações deverá ter lugar num quadro que preveja e assegure a colaboração e participação efectivas de associações e federações de associações camponesas legalmente constituídas e de redes de organizações da sociedade civil promotoras da agricultura familiar.** Os critérios de cadastro deverão, pois, ser concebidos de uma forma participativa, envolvendo técnicos e as

---

*actividades agropecuarias y residirá en el propio establecimiento o en una localidad próxima; iii) Los recursos productivos utilizados serán compatibles con la capacidad de trabajo de la familia, con la actividad desarrollada y con la tecnología utilizada, de acuerdo con la realidad de cada país (lo que supone una relación directa entre la capacidad de los agricultores y el uso de los recursos). Son también parte de la agricultura familiar, siempre que se respeten los criterios enumerados supra, los hombres y mujeres que son productores rurales sin tierra, beneficiarios de los procesos de reforma agraria o programas de acceso y permanencia en la tierra, como también las comunidades de productores que hacen uso común de la tierra”.*

organizações de camponeses representativas. Em conformidade, as demais instituições devem seguir os critérios oficialmente aprovados no planeamento das suas acções.

## **5. Políticas, programas e instrumentos**

### **5.1. Institucionalidade regional: a ESAN-CPLP e o CONSAN-CPLP**

Tendo por base o Direito Humano à Alimentação Adequada, os Estados-membros da CPLP aprovaram em 2011 a Estratégia de Segurança Alimentar da CPLP (ESAN-CPLP), que visa “contribuir para a erradicação da fome e da pobreza na Comunidade, através do reforço da coordenação entre os Estados membros e da maior governança das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional”. Os Estados-membros terão, assim, impreterivelmente, de incluir a segurança alimentar e nutricional como prioridade da agenda política nacional e como estratégia de desenvolvimento. A ESAN-CPLP confere ainda prioridade ao aumento da disponibilidade de alimentos nos Estados membros com base no envolvimento dos agricultores familiares, conforme o Eixo 3. Além disso, reconhecendo a premência de assegurar o acesso dos pequenos produtores aos mercados, crédito e a tecnologias simples e de baixo custo, a ESAN-CPLP sublinha a necessidade de identificação e cadastro dos pequenos produtores.

Para assegurar a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, é imprescindível fortalecer o processo de governança e a construção da institucionalidade da Segurança Alimentar e Nutricional nos seus diferentes níveis (global, regional, nacional). Neste sentido, ao nível global, entre outras acções, procedeu-se à reforma do Comité Mundial de Segurança Alimentar (2008), à aprovação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) e iniciaram-se discussões visando a sua ligação com mecanismos e estruturas de concertação de políticas públicas a nível regional e nacional.

Em Julho de 2012, durante a sua reunião em Maputo, o CONSAN-CPLP aprovou, sob iniciativa da sociedade civil e proposta de Moçambique e Brasil, a criação de um Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar. Em Novembro desse ano, foi discutido em Porto Alegre – Brasil o plano de trabalho provisório para o grupo de trabalho, bem como os mecanismos de coordenação e composição do mesmo<sup>16</sup>, tendo participado um representante da Coordenação do Secretariado Técnico da ESAN, dois representantes da Plataforma de Camponeses da CPLP e um representante da REDSAN-CPLP. Recentemente, em Maio de 2014, teve lugar em Brasília a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP, convocada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Secretaria Pro Tempore de Moçambique, com o apoio financeiro da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). A Plataforma de Camponeses da CPLP participou activamente nas discussões durante este momento de reflexão e partilha.

## 5.2. Institucionalidade nacional

Apesar de se encontrarem em diferentes estágios, todos os Estados-membros da CPLP têm em curso processos de formulação e/ou implementação de estratégias e programas nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>17</sup>. Ao nível nacional, os países da CPLP possuem políticas e instrumentos directa ou indirectamente

---

<sup>16</sup> Prevê a participação de 4 representantes dos Estados membros e 6 representantes dos participantes – dos quais, 4 indicados pelo mecanismo da sociedade civil, 1 pelas Universidades e 1 pelo sector privado. Atente-se que os “participantes” (sociedade civil, academia) do Grupo de Trabalho não têm direito a voto mas podem registar eventuais discordâncias na ata final de reunião do CONSAN-CPLP.

<sup>17</sup> Angola conta com a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e seu correspondente Plano de Acção aprovada pelo Conselho de Ministros em 2009, na qual se prevê a conformação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com participação dos vários sectores do Governo e sociedade civil; Moçambique tem desde 1998 a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional com o seu correspondente Plano de Acção, a qual foi revista em 2007 dando lugar à ESAN II. É considerada um instrumento imprescindível para o desenvolvimento económico e social do país, sublinhando-se o papel importante do SETSAN – Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional enquanto instância de discussão e coordenação da política; Cabo Verde possui uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar, que deu lugar a um Plano Nacional de Segurança Alimentar, este último aprovado em 2006, o qual dispõe sobre a conformação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar de carácter interministerial.



relacionados com agricultura familiar e alguns deles contam já com uma coordenação de trabalho inter-ministerial para a segurança alimentar.

No caso do Brasil, existem programas especificamente dirigidos à Agricultura Familiar (como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - programa de crédito destinado a agricultura familiar com juros baixos<sup>18</sup>) e vários outros que sustentam medidas de promoção da agricultura familiar: é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que determina que 30% dos recursos que o governo federal entrega para os municípios devem ser gastos com produtos vindos da agricultura familiar local. Actualmente, vários países africanos de língua portuguesa dispõem ou estão em processo de elaboração de Programas Nacionais de Alimentação Escolar, vindo a sociedade civil a demandar uma congruência entre estes programas com políticas de promoção da agricultura familiar. É o caso de São Tomé e Príncipe, onde a Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN-STP) tem vindo a demandar às entidades competentes dos Ministérios de Agricultura e de Educação a promoção de medidas de fortalecimento dos produtores familiares, incluindo a integração da produção local em programas de abastecimento, designadamente no Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE)<sup>19</sup>.

Além de uma Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar, os países em análise possuem já programas e instrumentos de implementação de política de micro-crédito (Angola), de assistência técnica e extensão rural (Brasil), de investimento agrário (Guiné Bissau) e de desenvolvimento rural (Angola e Portugal). No caso de Portugal,

---

<sup>18</sup> Este Programa, entre outros, está contemplado no Plano Safra da Agricultura Familiar – Alimentos para o Brasil, que entra em vigência em Julho de 2014 e disponibilizará durante o ano-safra R\$ 24 bilhões em crédito para todo o Brasil. Mais informações disponíveis em [http://www.mda.gov.br/plano\\_safra/](http://www.mda.gov.br/plano_safra/), consulta a 31 de Maio de 2014.

<sup>19</sup> O PNASE estabelece, no seu artigo 5º.2.d, “o apoio ao desenvolvimento sustentável, mediante a aquisição de géneros alimentícios diversificados, preferencialmente os produzidos e comercializados nos mercados locais”. Na medida em que não especifica produção familiar, apenas produção local, e como não esclarece os procedimentos e mecanismos para a aquisição dos produtos alimentares, a RESCSAN-STP tem envidado esforços no sentido de regulamentar a Lei que cria o PNASE, esclarecendo e determinando os procedimentos e mecanismos para a aquisição dos produtos a pequenos produtores e seu fornecimento ao PNASE, de forma a tornar o processo mais eficiente e eficaz e potenciando um uso dos recursos públicos que beneficie os pequenos produtores e pescadores artesanais santomenses.

por exemplo, o Programa de Desenvolvimento Rural (ProDer<sup>20</sup>) incorpora uma série de medidas de apoio ao sector agrícola (cobrindo áreas como a competitividade, sustentabilidade do espaço rural, dinamização das zonas rurais e cooperação para a inovação), mas não apresenta mecanismos de discriminação positiva da agricultura familiar.

Não obstante os passos concretos dados, na generalidade dos Estados-membros, nomeadamente dos provenientes do continente africano, a implementação das políticas e programas criados é ainda frágil e tem-se revelado insuficiente, devido às limitações institucionais existentes (meios humanos, técnicos e materiais), que constituem importantes constrangimentos no cumprimento das leis, projectos e programas em vigor.

### **5.3. A organização dos produtores CPLPianos e a sua participação nos espaços nacionais de concertação social**

Nos países africanos de língua portuguesa, os produtores familiares estão organizados em associações, cooperativas, sindicatos, redes e movimentos sociais de camponeses e trabalhadores rurais. O nível de organização e participação efectiva na discussão e formulação de políticas públicas e programas nestes países é ainda frágil (em termos organizacionais e técnicos) e requer uma aposta forte na formação das organizações de produtores para novas formas de participação política, económica e agrícola e para melhor desempenho e fortalecimento dos mecanismos de participação dos pequenos agricultores, em particular das mulheres rurais.

Ainda assim, em Moçambique salienta-se a presença da União Nacional de Camponeses (UNAC) e da Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM); em Angola, a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas, através das

---

<sup>20</sup> A vigência do ProDer termina este ano e será substituído pelo Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, ainda em fase de discussão e aprovação.

estruturas da União Nacional das Associações de Camponeses (UNACA)<sup>21</sup>; na Guiné-Bissau, a recente rede RESSAN-GB engloba associações de produtores, ONGs intervenientes na Segurança Alimentar e Nutricional a nível nacional e a Federação de Camponeses KAFO, com o objectivo de reforçar da capacidade das organizações da sociedade civil a nível da elaboração, avaliação e monitoria no domínio das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional; em Cabo Verde, o nível de organização dos agricultores é ainda reduzido, os quais se encontram organizados em associações de desenvolvimento comunitário, apoiadas por outras organizações da sociedade civil e ONGs que, em conjunto, integram várias federações regionais e uma plataforma de ONGs a nível nacional; o nível de organização dos produtores em São Tomé e Príncipe é também baixo e estas revelam fraca capacidade para participar na formulação de políticas públicas, em particular pela carência de quadros formados. Existe, ainda, uma dificuldade das organizações em se distanciarem do Estado. Ainda assim, a recente rede RESCSAN-STP tem dado sinais de vir a desempenhar um importante papel no diálogo com o poder público no país.

Em Portugal, existe um grande número de associações de produtores e o sector agrícola está representado na concertação social (espaço de diálogo entre o Governo e parceiros sociais) mas não as estruturas que representam especificamente a Agricultura Familiar. Não obstante a ainda deficitária participação dos agricultores nos processos decisórios políticos, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), criada em 1978, representa e promove os interesses socioprofissionais dos agricultores e participa em vários espaços de consulta e concertação, com destaque para o Conselho Económico e Social.

No Brasil, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) tem exercido um papel estratégico na construção e aprovação no Congresso Nacional da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346/2006) e da

---

<sup>21</sup> As associações e cooperativas angolanas têm acompanhado crescentemente a monitoria das políticas públicas, através da participação em espaços de comunicação e contribuição, tais como encontros de comunidade, reuniões com o poder político, Fóruns e Núcleos das associações (com acento em Conselhos de Auscultação e Concertação Social municipais e comunais).

Lei da Alimentação Escolar (Lei 11.947/2009). Destacamos ainda o importante papel do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) na institucionalidade brasileira, órgão consultivo ligado a Presidência da República, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (CONDRAF), com contributos relevantes na construção institucional de políticas nacionais específicas. No caso brasileiro destacam-se ainda fortes e consolidados movimentos do campo, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL/CUT) e o Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estes movimentos do campo têm tido um papel decisivo nas discussões e negociações das políticas públicas de promoção efectiva da agricultura familiar no país.

#### **5.4. Proporção de representantes dos agricultores familiares nos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional**

Os membros nacionais da REDSAN-CPLP e a Plataforma de Camponeses da CPLP defendem uma participação efectiva e significativa de representantes dos agricultores familiares nos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. A REDSAN-CPLP e a Plataforma de Camponeses da CPLP reivindicam uma participação da sociedade civil nos CONSAN nacionais de, pelo menos, metade ou mais da composição do órgão.

- Angola considera que a representação dos agricultores familiares deveria corresponder à contribuição proporcional da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar e Nutricional, ou seja, deveria ascender a 50%.
- O Conselho Nacional de Segurança Alimentar do Brasil (CONSEA) assegura 2/3 dos seus lugares para a sociedade civil. Dentre estas representações, constam as representações da agricultura familiar.

- Cabo Verde sugere que a sociedade civil participe com 75% dos membros, sendo que os representantes da agricultura familiar devem ocupar 1/3 destes lugares.
- Guiné-Bissau sugere que o número de representantes dos agricultores familiares seja igual ou superior aos dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, afim de dar mais vozes e oportunidade de posicionamento a estes actores.
- Em Moçambique foi estabelecido o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) que aglutina instituições do governo, privados e sociedade civil. Em termos de representação no secretariado, Moçambique sugere que a proporção deveria obedecer critérios de proporcionalidade em função às áreas de trabalho, isto é: instituições de produtores, de pesquisa; de indústria e de comércio.
- São Tomé e Príncipe sugere que 20% dos lugares sejam alocados à Federação Nacional de Pequenos Agricultores e a Cooperativas. Propõe ainda a participação da RESCSAN e de representantes governamentais do Ministério que tutela a agricultura, do Ministério que tutela a Saúde, do Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação e do Ministério do Comércio, e que estas instituições sejam coordenadas pela Presidência da República.
- Portugal sugere que pelo menos 1/3 da composição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar seja assegurada por representantes dos agricultores familiares.
- A Plataforma de Camponeses da CPLP sugere ainda que seja promovida a dimensão de género na composição dos conselhos nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, através de mecanismos de integração e responsabilização das mulheres, considerando o papel fundamental por elas desempenhado, como agricultoras familiares, responsáveis pela segurança

alimentar e melhoria das condições socioeconómicas das famílias rurais e urbanas.

## 6. Prioridades de intervenção para reforço da agricultura familiar

A REDSAN-CPLP e a Plataforma de Camponeses da CPLP consideram prioritária a intervenção da **sociedade civil** aos seguintes níveis:

- Apoiar iniciativas de lobby junto dos governantes e decisores políticos nacionais para o reconhecimento formal dos agricultores e das agricultoras familiares e para a implementação efectiva de políticas agrícolas que garantam aos agricultores familiares o direito de acesso a terra, a água, a sementes agrícolas e outros recursos necessários para a produção;
- Exigir o reforço da participação da sociedade civil nos conselhos interministeriais de segurança alimentar, de forma a assegurar uma abordagem de discriminação positiva de agricultores familiares nas políticas e programas de acesso e gestão de recursos naturais (terra, água e biodiversidade).
- Desenvolver, adaptar e disseminar materiais de capacitação traduzidos para distintos grupos e contextos (cartilhas, livros, vídeos) e promover acções de capacitação e sensibilização (seminários, workshops, campanhas mediáticas) sobre o papel do agricultor familiar como actor produtivo e detentor de conhecimentos insubstituíveis sobre agrobiodiversidade. Inclui temas como: protecção e promoção da biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados, mudanças climáticas, género e geração, transferência de tecnologia.
- Promover partilha de experiências e boas práticas e técnicas de cultivo, dirigida a agricultores familiares, organizações de produtores e outras organizações da sociedade civil dos países da CPLP.

- Contribuir para o reforço organizacional e institucional dos agricultores familiares da CPLP e para a melhoria da capacidade de auto-organização dos agricultores familiares e de participação nas redes de organizações da CPLP com mesmos fins.
- Promover a sensibilização das comunidades para o papel fundamental da agricultura familiar na defesa do ambiente, recursos naturais e património cultural.
- Desenvolver investigação específica sobre:
  - Agricultura Familiar nos distintos países: A caracterização da agricultura familiar deve ser feita com base em estudos de caso aprofundados, identificando as variáveis mais relevantes em função do contexto agrário que se pretende estudar. Assim, é necessário incentivar o debate académico e científico sobre a agricultura familiar nos países da CPLP, como base para o exercício de formulação de políticas públicas e na implementação de acções de desenvolvimento rural (estudos de tipologia/categorização, identificação, cadastro e desenvolvimento de políticas públicas para apoio aos pequenos produtores agrícolas, particularmente nos países africanos de língua portuguesa);
  - Papel dos conhecimentos tradicionais associados à agrobiodiversidade e modelos de produção agro-ecológicos, sustentadas pela pesquisa participativa com agricultores familiares da CPLP;
  - Compras públicas, analisando o estado de situação da legislação em cada país, exigências actuais para participar como provedores nos programas de compras públicas para a Agricultura Familiar e propostas de instrumentos de políticas públicas que facilitam o alcance destas exigências por parte dos agricultores familiares;

- Diagnóstico da capacidade produtiva, valor económico e social gerado pela agricultura familiar e principais desafios no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional;
- Estabelecimento de critérios para desenhar os registos, mecanismos para levantar dados, controlo social e aplicação (inclui mecanismos de identificação dos agricultores familiares, mecanismos de quantificação dos empreendimentos, identificação das organizações, identificação de legislação específica relacionada ao sector, identificação de políticas de acesso à terra).

A agricultura familiar deverá estar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais, já que o desenvolvimento da mesma e a sua sustentabilidade socioeconómica, cultural e ambiental depende não só das condições agroecológicas e das características territoriais, mas também (e significativamente) do ambiente político, do acesso e do controlo sobre a terra e outros recursos naturais, do acesso à tecnologia e serviços de extensão e de formação especializada, do acesso ao financiamento e a mercados. Assim, facilitar o acesso a terra, água e outros recursos naturais e implementar políticas públicas específicas para os agricultores familiares (crédito, assistência técnica, seguro, acesso a mercados, compras públicas, tecnologias adequadas) são elementos fundamentais para aumentar a produtividade agrícola, erradicar a pobreza e alcançar a segurança alimentar nos países da CPLP. Neste sentido, **a REDSAN-CPLP e a Plataforma dos Camponeses da CPLP entendem que as seguintes prioridades de intervenção para reforço da agricultura familiar deveriam ser apoiadas pela ESAN-CPLP, ao nível dos eixos 1 e 3:**

#### **EIXO 1 – Fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional**

- Contribuir para o empoderamento do Sistema Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional.



- Criar observatórios de monitoramento e avaliação das políticas e programas nacionais que afectem os agricultores familiares: a criação de uma base de informação estatística e analítica nos distintos países, subsidia o processo de construção institucional de políticas públicas fundiárias e agrícolas. O acesso a dados e informação actualizados possibilita o desenvolvimento de políticas e programas e assegura o maior acesso dos agricultores familiares aos factores de produção, assistência técnica e mercados locais.
- Implementar dispositivo de monitorização/avaliação com indicador do estado e progressos da governança da Segurança Alimentar e Nutricional que ajude cada país a conduzir o seu processo.
- Construir Directiva Regional e Lei-quadro nacional para a Agricultura Familiar nos países onde não exista ainda, que defina juridicamente os conceitos e os princípios pelos quais se deve reger a formulação das políticas públicas com impacto na mesma.
- Rever marcos legais e institucionais nacionais, com vistas à inclusão explícita de princípios de soberania e segurança alimentar e da promoção da agricultura familiar, nomeadamente: revisão de lei de terras (qualificar a gestão do uso e da ocupação das terras, garantindo transparência, segurança jurídica e o acesso mais justo aos recursos naturais, garantia de direitos a populações e comunidades tradicionais, etc), lei de segurança alimentar, lei de sementes, lei de abastecimento de alimentação escolar, lei de acesso à biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados e partilha de benefícios decorrentes, entre outras.
- Adoptar uma abordagem baseada em direitos e reforçar a participação dos agricultores familiares nos conselhos inter-ministeriais de segurança alimentar e nas fases de concepção, implementação e acompanhamento/avaliação de programas, políticas e projectos que afectem o acesso a recursos naturais.

- Reforçar as capacidades dos mecanismos de facilitação da participação da sociedade civil e universidades, previstos e aprovados pelo CONSAN-CPLP.

### **EIXO 3 – Aumento da disponibilidade interna de alimentos com base nos pequenos produtores**

- Criar condições que facilitem o acesso a tecnologias, formação e informação, incluindo serviços financeiros adaptados ao pequeno agricultor (exemplo: simplificação dos processos para acessar ao crédito através um apadrinhamento para simplificar a questão dos bens para a penhora, uma vez que os camponeses quase nunca têm garantias a apresentar às instituições de crédito).
- Direcção dos mercados públicos para absorver os produtos produzidos pela agricultura familiar, como forma de aumentar a produção nacional e os níveis de segurança alimentar e nutricional (exemplo: através da criação de programas de abastecimento das cantinas escolares por produtores locais, de programas de compras públicas locais desde que sejam respeitadas as especificidades e o contexto de cada país; de programas de compra directa do produto ao produtor, etc).
- Promover a utilização de tecnologias sociais que permitam a intensificação, diversificação e valorização da produção local e o aumento da produção das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar.
- Facilitar a criação de novos circuitos de mercado mais apropriados para a agricultura familiar (mercados locais e de proximidade, circuitos curtos) e regular os mercados para garantir preços justos e estáveis.

- 
- Promover o desenvolvimento das fileiras produtivas, melhorando as condições de transformação, conservação, transporte e comercialização (negociação) para produtos agrícolas que advenham da agricultura familiar (sobretudo os perecíveis).
  - Permitir a organização colectiva e solidária da Agricultura Familiar.
  - Implementar acções que visem uma melhor gestão e uma gestão participativa dos recursos naturais existentes (gestão sustentável da água, fertilidade dos solos, reflorestação, biodiversidade), através de assistência técnica à produção, criação e gestão de Bancos de Sementes, central de aquisição e distribuição de sementes tradicionais.
  - Desenhar e implementar mecanismos de diferenciação de produtos da Agricultura Familiar, através da criação de selos / certificados específicos de Agricultura Familiar.

## 7. Bibliografia

ActionAid (2013). Estratégias do Ano Internacional da Agricultura Familiar.

ActionAid e Peuples Solidaires (2011). L'agriculture à égalité – Faire la différence en défendant les droits des femmes et l'égalité femmes-hommes.

Coordination Sud – Solidarité, Urgence, Developpement (2013a). Las Notes de la C2A. Agricultura y alimentación en cuestión. Número 11 - Enero 2013. LAS TIERRAS CULTIVABLES NO CULTIVADAS EN EL MUNDO.

Coordination Sud – Solidarité, Urgence, Developpement (2013b). Les Notes de la C2A. Agriculture et alimentation en question. Numéro 12 - Janvier 2013. LES INVESTISSEMENTS DANS L'AGRICULTURE, DANGER OU OPPORTUNITE POUR LES PETITS PRODUCTEURS ET POUR L'HUMANITE?

European Commission (2013). Consultation on the role of family farming, key challenges and priorities for the future. Consulta online realizada de 02/08/2013 – 11/10/2013. EXECUTIVE SUMMARY Public Consultation "The role of family farming, key challenges and priorities for the future"

Hobsbawm, E. J. (1973). "Peasants and politics" in *The Journal of Peasant Studies*, 1:1, 3-22.

INCRA/FAO (2000). Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO. Carlos Enrique Guanzioli – FAO e Silvia Elizabeth de C. S. Cardim – INCRA (Coordenação). Brasília.

Mintz, Sidney W. (1973) "A note on the definition of peasantries" in *The Journal of Peasant Studies*, 1:1, 91-106

Sarmiento, Francisco (2013). Situação da governança da segurança alimentar e nutricional e papel da agricultura familiar nos países da CPLP. Síntese. Documento de trabalho FAO.

Silva, Graziano (2013). A statement by FAO Director-General José Graziano da Silva in Family farming: A dialogue towards more sustainable and resilient farming in Europe and the world (Bruxelas, 29 Novembro 2013). 29 November 2013. Expectations of the United Nations and FAO for the 2014 International Year of Family Farming.

Via Campesina - European Coordination (2013). 2014 Ano Internacional da Agricultura Familiar - Um ano para orientar de forma radical as políticas agrícolas para a agricultura familiar.

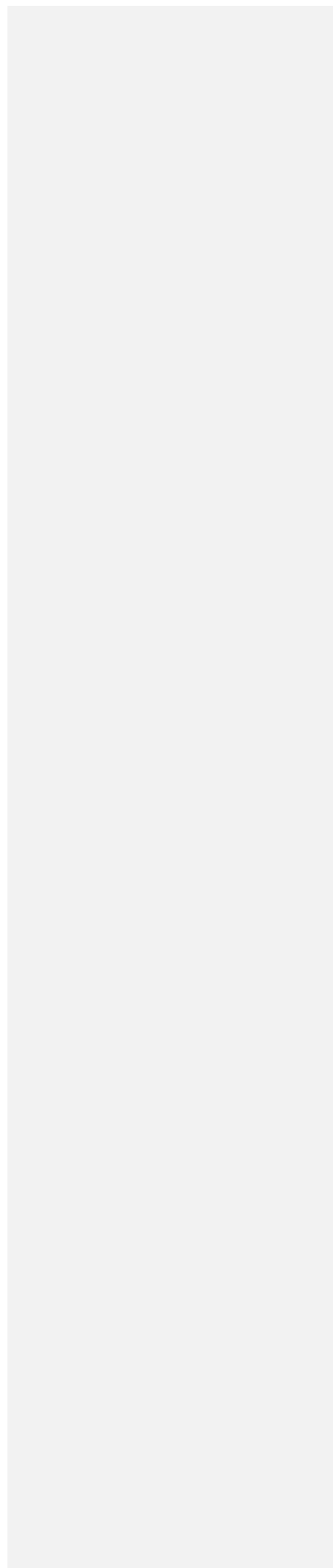
## **8. Anexos**

Anexo 1 – Questionário enviado às redes e à Plataforma de Camponeses da CPLP

Anexo 2 – Sistematização das respostas recebidas por parte dos membros nacionais da REDSAN-CPLP e por parte da PC-CPLP.

Anexo 3 – Sistematização dos comentários recebidos por parte dos membros nacionais da REDSAN-CPLP e por parte da PC-CPLP relativamente à consulta electrónica denominada “Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP”.

**Anexo 1 – Questionário enviado às redes e à Plataforma de Camponeses da CPLP**



**CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA O GRUPO DE TRABALHO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR DO CONSAN-CPLP**

O **Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar da CPLP (GT AF-CPLP)** foi criado em Julho de 2012 durante a Primeira Sessão do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP). Este GT reúne representantes do governo e da sociedade civil para definir prioridades e estratégias relacionadas com o princípio de intervenção 3 da ESAN-CPLP. Durante a primeira reunião do GT AF-CPLP teve lugar em Novembro de 2012, em Porto Alegre – Brasil, foi discutido o plano de trabalho provisório para o GT AF-CPLP, bem como os mecanismos de coordenação e composição do GT. Atendendo à proximidade da realização da próxima sessão do CONSAN-CPLP prevista para meados de 2014 em Díli, Timor-Leste, a REDSAN-CPLP e a Plataforma de Camponeses da CPLP consideram fundamental que este GT reúna com urgência a fim de dar seguimento ao plano de trabalho definido.

Para esse efeito, na última reunião realizada em Lisboa em Outubro de 2013, a REDSAN-CPLP e a Plataforma de Camponeses da CPLP entenderam oportuno desenvolver uma consulta com os seus parceiros visando identificar prioridades e oportunidades de intervenção para o reforço da agricultura familiar no marco da ESAN-CPLP.

O resultado desta consulta será um documento de posição com recomendações da sociedade civil para serem desenvolvidas pelo GT sobre Agricultura Familiar.

Identificação	
Rede/Organização	
Pessoa Responsável	
País	
Contacto	
Data	

**Instruções para preenchimento do Inquérito:**

- Discuta previamente com os seus parceiros nacionais as principais questões colocadas no inquérito.
- Use o espaço que necessitar, mas procure ser claro na resposta às questões.
- Anexe quaisquer documentos que considere relevantes para suportar as suas respostas.

**Por favor, devolva o Inquérito até dia 21 de Dezembro para Joana Rocha Dias**  
[joana.dias@actuar-acd.org](mailto:joana.dias@actuar-acd.org)

1. No seu país, quais seriam as instituições nacionais que poderiam centralizar um possível sistema de reconhecimento e cadastro (identificação) de agricultores familiares?
2. Quais os principais critérios que deveriam ser tomados em consideração para classificar um agricultor como “familiar”, no seu país?
3. Os Estados-membros da CPLP comprometeram-se a implementar Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional a nível nacional até final de 2014. Qual seria a proporção adequada de representantes dos agricultores familiares nesse conselho?
4. Na sua opinião, que prioridades de intervenção para reforço da agricultura familiar deveriam ser apoiadas pela ESAN-CPLP no seu país?
5. Em 2012 a FAO e CPLP realizaram uma consulta electrónica denominada “Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP”. Os resultados principais estão sistematizados na Tabela abaixo. Por favor actualize e complemente no quadro a informação relativamente ao seu país.



	Importância e Contributo da Agricultura Familiar	Políticas e Instrumentos	Organizações de produtores	Áreas de intervenção prioritárias
<b>Angola</b>	responsáveis por cerca de 80% da produção nacional, alimentando grande parte da população através dos excedentes de produção encaminhados para os mercados 2.058.346 explorações agrícolas familiares ou de famílias camponesas sector artesanal pesqueiro capturou em 2011 cerca de 61.560.000 toneladas de pescado diverso (fonte: GEPE, Resultados da Campanha Agrícola 2010/2011)	programa de micro-crédito, crédito agrícola de campanha e crédito de investimento programa de comercialização rural e programa de extensão e desenvolvimento rural programa de apoio e fomento a produção animal programa de desenvolvimento e gestão sustentável dos recursos florestais	produtores familiares estão organizados em associações e cooperativas de camponeses, com um nível organizacional razoável, carecendo de formação para melhor desempenho participação na formulação de políticas públicas feita através das estruturas da União Nacional das Associações de Camponeses (UNACA-Confederação) e do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA)	qualidade dos produtos assistência técnica formação e capacitação contínuas troca de experiências transformação, armazenamento, conservação e comercialização
<b>Brasil</b>	principal fornecedor de alimentos básicos para a população (87% mandioca, 83% feijão fradinho, 77% feijão, 67% leite de cabra, 59% suínos, 58% leite de vaca, 50% aves, 46% milho) agricultura familiar possuir 84,4% do total de estabelecimentos, mas ocupa apenas 24, 3% da área dos estabelecimentos agropecuários ocupa 74% da mão-de-obra rural e corresponde a 38% da produção agropecuária (fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) - programa de crédito destinado a agricultura familiar com juros baixos</li> <li>• PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) - é uma das acções do “Fome Zero” e promove o acesso a alimentos às populações em situação de segurança alimentar</li> <li>• PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) - determina que 30% dos recursos que o governo federal entrega para os municípios devem ser gastos com produtos vindos da agricultura familiar local</li> <li>• PNATER (Política Nacional de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• os camponeses e trabalhadores rurais organizam-se sob a forma de sindicatos rurais, associações e movimentos sociais. Um exemplo de movimento de grande importância no Brasil é do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)</li> <li>• há um conjunto de redes e articulações da sociedade civil que reúnem movimentos sociais, agricultores, povos e comunidades tradicionais, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa</li> <li>• o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea),</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• realizar intercâmbio de experiências entre os países, não só entre os governantes, mas entre a sociedade civil, sobretudo entre os camponeses</li> <li>• instituir programas de compras públicas locais, desde que sejam respeitadas as especificidades e o contexto de cada país</li> <li>• desenvolvimento do acervo legal de garantia de mercados e mecanismos de apoio à produção</li> <li>• garantir a compra directa do produto ao produtor</li> <li>• consciencialização sobre as consequências do mau uso e aplicação de pesticidas</li> <li>• repensar as prioridades de governo</li> </ul>

		Assistência Técnica e Extensão Rural) - tem como objectivo promover a assistência técnica para os agricultores familiares	órgão consultivo ligado a Presidência da República, é um espaço de concertação entre governo (1/3) e sociedade civil (2/3) e que tem apresentado importantes resultados na construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	quanto ao crescimento da produção de monoculturas
<b>Cabo Verde</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• mais de 90% da produção agro-pecuária é desenvolvida com base em unidades familiares tradicionais, e na sua maioria destina-se ao consumo do agricultor e sua família</li> <li>• só uma pequena parte da produção (15-20%) se destina à comercialização no mercado local</li> <li>• ocupação de 41.000 família (cerca de 60% da população total)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENSAN (Estratégia Nacional de Segurança Alimentar)</li> <li>• PNSA (Programa Nacional de Segurança Alimentar)</li> <li>• ECRP (Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza)</li> <li>• PNIA (Plano Nacional de Investimento Agrícola)</li> <li>• PNLN (Programa Nacional de Luta contra a Pobreza)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• nível de organização dos agricultores é muito baixo</li> <li>• encontram-se organizados em Associações de Desenvolvimento Comunitário, apoiadas por outras organizações da sociedade civil e ONGs (que em conjunto integram várias federações regionais e uma plataforma de ONGs a nível nacional)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• necessidade de melhoria das condições de transformação, conservação e transporte dos excedentes de produtos agrícolas para os mercados locais e abastecimento do sector hoteleiro (em franco crescimento)</li> <li>• implementação de acções que visam uma melhor gestão e uma gestão participativa dos recursos naturais existentes (gestão sustentável da água, fertilidade dos solos, reflorestação)</li> <li>• criação de um quadro de concertação que inclua as organizações de produtores, o sector privado e demais serviços e estruturas de intervenção</li> <li>• alocação de recursos (financiamentos a fundo pedido, micro-crédito e linhas de apoio específicas para a agricultura familiar)</li> </ul>
<b>Guiné-Bissau</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• os pequenos produtores de tipo familiar de subsistência, estimados em cerca de 120.000 explorações, constituem o essencial da população</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Carta de Política de Desenvolvimento Agrário” (CPDA), com os seguintes objetivos de política: (i) garantir a segurança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• as organizações estão ainda numa fase embrionária (fraquezas de ordem organizacional, baixo nível técnico-cultural)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• melhoria das produções alimentares com acções específicas: melhoramento das técnicas de cultivo através da pesquisa e introdução de</li> </ul>

	<p>rural e realizam 90% da produção alimentar constituída essencialmente por arroz, milhos, raízes e tubérculos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a produção alimentar dos agricultores de tipo familiar cobre as necessidades alimentares de 8 meses por ano</li> <li>• preponderância da cultura do caju na obtenção de rendimentos provenientes da troca comercial permitindo aos produtores de tipo familiar cobrir, em média, quase 5 meses de suas necessidades alimentares</li> <li>• a produção de animais é um meio de subsistência e de poupança dos agregados familiares e que contribui para a segurança alimentar</li> <li>• a exploração dos recursos florestais tem um papel importante na economia familiar</li> </ul>	<p>alimentar; (ii) aumentar e diversificar as exportações agrícolas; (iii) assegurar a gestão racional e a preservação dos recursos agro-silvo-pastoris; (iv) melhorar o quadro de vida das populações rurais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• os instrumentos de implementação de política estão traduzidos em programas e acções no “Programa Nacional de Investimento Agrário” (PNIA)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• apesar de presentes na elaboração e implementação de políticas, demonstram fraca capacidade de negociação, advocacia e interpelação em virtude de fraquezas de ordem organizacional e de funcionamento</li> </ul>	<p>sementes melhoradas, adubos químicos, pequenas máquinas agrícolas; protecção das culturas; o uso e gestão de água e nas actividades de pós-colheita; na formação técnica; no acompanhamento e assistência técnica e formação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ordenamento e valorização dos arrozais de mangal e dos pequenos vales para o aumento da produção do arroz</li> <li>• reforço das capacidades técnicas, organizacionais e de gestão das organizações dos produtores</li> <li>• apoio à comercialização (crédito) e armazenagem dos produtos alimentares</li> <li>• melhoria da produção da pequena criação animal familiar (aves, ovinos, caprinos, suínos e outros) através da melhoria das instalações pecuárias, alimentação, sanidade e no melhoramento génético das raças locais</li> <li>• programa de aquisição de alimentos junto dos produtores familiares</li> <li>• introdução de tecnologias de transformação artesanal da castanha de caju</li> </ul>
<p><b>Moçambique</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a agricultura é fundamentalmente de cariz familiar (90%)</li> <li>• as mulheres rurais constituem 70%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário) - operacionaliza o CAADP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• organização dos produtores em associações, (ex: machamba de camponês), uniões, cooperativas e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• necessidade de uma maior exploração do potencial das cooperativas, associações de</li> </ul>

	da população agrícola e são responsáveis por 60% a 80% da produção de alimentos a nível nacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PAPA (Plano de Acção para a Produção de Alimentos)</li> <li>• CAADP (Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África)</li> <li>• ESAN-CPLP</li> <li>• Fórum dos Pequenos Agricultores</li> <li>• Fórum da Mulher Rural</li> <li>• fraca implementação destas políticas, e a sua implementação não tem surtido o efeito desejado</li> </ul>	<p>redes</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• as organizações de camponeses são lideradas pela União Nacional de Camponeses nível muito baixo de participação na discussão e formulação de políticas públicas e programas (devido ao baixo nível de escolaridade da maioria dos camponeses, fraquezas nos processos de consulta e desorganização das associações)</li> <li>• necessidade de fortalecimento dos mecanismos de participação dos pequenos agricultores, em particular das mulheres rurais</li> </ul>	<p>agricultores e movimentos das mulheres rurais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• realizar diversas formações, incluindo questões de género, mudanças climáticas, transferência de tecnologias, visando a erradicação da fome e pobreza e garantir um desenvolvimento sustentável</li> <li>• apoiar a organização e funcionamento das redes e organizações de produtores</li> <li>• desenvolvimento de melhores políticas ao nível do escoamento da produção e acesso ao mercado</li> <li>• programas de protecção social e alimentação baseados na comunidade</li> </ul>
<b>Portugal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• mais de 90% das explorações agrícolas portuguesas utilizam principalmente mão-de-obra familiar</li> <li>• estas explorações agrícolas correspondem a 68% da superfície agrícola útil</li> <li>• a população agrícola familiar representa ceca de 7% da população total</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Desenvolvimento Rural (ProDer) - incorpora uma série de medidas de apoio ao sector agrícola (cobrindo áreas como a competitividade, sustentabilidade do espaço rural, dinamização das zonas rurais e cooperação para a inovação), mas não apresenta mecanismos de discriminação positiva da agricultura familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• grande número de associações de produtores</li> <li>• o sector agrícola está representado na concertação social (espaço de diálogo entre o Governo e parceiros sociais)</li> <li>• existe um défice de participação dos agricultores e fraca capacidade de influenciar as tomadas de decisão do poder político</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incentivo aos mercados locais e de proximidade</li> <li>• incentivo à fixação de agricultores, particularmente jovens e em zonas agrícolas em risco de abandono</li> <li>• sensibilização das comunidades para o papel fundamental da agricultura familiar na defesa do ambiente, recursos naturais e património cultural</li> </ul>
<b>São Tomé e Príncipe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• recolha de dados estatísticos é limitada, pois o último censo agrícola data de 1989</li> <li>• mais de 80% da produção agrícola e piscícola está sob a responsabilidade de pequenos agricultores familiares</li> <li>• 2500 pescadores artesanais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENSAN (Estratégia Nacional de Segurança Alimentar), recentemente aprovada pelo Governo</li> <li>• criação por parte do Governo, de Delegações a fim de articular o movimento agrícola, pecuário e pesqueiro junto das comunidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• o nível de organização dos produtores em São Tomé e Príncipe é relativamente baixo e estas revelam fraca capacidade para participar na formulação de políticas públicas, em particular pela carência de quadros formados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• necessidade de um novo censo agrícola que permita medir o real impacto da contribuição dos agricultores familiares</li> <li>• reforço da rede de frio para melhor conservação dos produtos frescos</li> <li>• criação de programas de</li> </ul>

	<p>(responsáveis pela captura de 4.000 toneladas de pescado anualmente), 3000 peixeiras e 10.000 produtores agrícolas são os principais responsáveis pelo abastecimento de bens alimentares à população</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• nos últimos anos tem-se notado um aumento de produção em algumas culturas, tais como bana-pão, mandioca e matabala</li></ul>	<p>locais</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• actividades pontuais de incentivo á produção agropecuária e de pescado realizadas conjuntamente pelo governo com parceiros da sociedade civil</li><li>• participação de ONGs no apoio à produção, transformação e organização dos produtores</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• dificuldade das organizações em se distanciarem do Estado</li></ul>	<p>abastecimento das cantinas escolares por produtores locais</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• apoios à diversificação da variedade de animais bovinos, suínos e caprinos</li><li>• subvenção dos materiais de pesca e embarcações</li><li>• formação sobre n ovas técnicas e artes de pesca, essenciais para o desenvolvimento da pesca artesanal</li></ul>
<b>Timor-Leste</b>				

**Anexo 2 – Sistematização das respostas recebidas por parte dos membros nacionais da REDSAN-CPLP e por parte da PC-CPLP.**

	Instituições nacionais para centralizar sistema de reconhecimento e cadastro de agricultores familiares	Principais critérios que deveriam ser tomados em consideração para classificar um agricultor como “familiar”	Proporção adequada de representantes dos agricultores familiares nos CONSAN, a nível nacional	Prioridades de intervenção para reforço da agricultura familiar que deveriam ser apoiadas pela ESAN-CPLP
Angola	<p>O Ministério da Agricultura teria esse papel. Contudo, os critérios de cadastro deviam ser concebidos de uma forma participativa, envolvendo, técnicos e as organizações de camponeses mais representativas. As demais instituições seguiriam os critérios oficialmente aprovados, no planeamento das suas acções.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Objectivo da agricultura</li> <li>- Tamanho e qualidade da força de trabalho (quantos e quem constitui a força de trabalho)</li> <li>- Tecnologia</li> <li>- Inserção no mercado</li> <li>- Volume de produção anual</li> <li>- Estrutura produtiva</li> </ul>	<p>A representação adequada dos agricultores familiares no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional a nível nacional seria numa percentagem proporcional à contribuição da Agricultura Familiar para a SAN. 50% seria razoável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistência técnica à produção (selecção e conservação de sementes, gestão dos solos, adubação, tratamento de pragas...)</li> <li>- Apoio na conservação e comercialização (negociação) de produtos agrícolas (sobretudo os perecíveis)</li> <li>- Cooperativismo</li> <li>- Acesso a informação sobre o mercado</li> <li>- necessidade de estudar as tipologias de agricultores familiares: A caracterização dos agricultores familiares é importante para permitir o direccionamento das acções a serem definidas no âmbito das Políticas Públicas.</li> <li>- maior visibilização da agricultura familiar nos eventos internos de maior audiência. Seria uma forma de manifestar a existência de um "MOVIMENTO" defensor da AF no país, que articulado ao nível internacional.</li> <li>- Em termos operacionais há a</li> </ul>

				<p>questão da busca de caminhos para uma maior inserção mercantil da agricultura familiar nos mercados locais, nacionais e global.</p> <p>- Em termos de participação nos fóruns nacionais e internacionais de camponeses, devemos ter em conta a diversidade de realidades, as características das diferentes plataformas existentes e encontrar, internamente à Angola, um mecanismo que permita reuni-las com líderes que sejam representativos e desenvolver, nas diferentes plataformas, uma abordagem inclusiva, participativa.</p>
Brasil	<p>No caso do Brasil o Cadastro da Agricultura familiar já vem sendo realizado. Esta é uma conquista da REAF- reunião especializada da agricultura familiar do mercosul ampliado, decisão tomada conjuntamente e definido realização em todos os países do mercosur.</p> <p>No Brasil o Cadastro vem sendo coordenado pelo MDA- Ministério do desenvolvimento agrario.</p>	<p>No Brasil temos a lei da agricultura familiar, já aprovada e consolidada em sua implementação em diversas políticas publicas. Lei 11 326.</p>	<p>Bem achamos que seria interessante socializar a composição do CONSEA – Conselho Nacional de segurança alimentar do Brasil, onde podemos ver a proporcionalidade de composição dos membros da sociedade civil e do governo, sendo que 2/3(dois terços) da representação e da sociedade civil, dentre estas representações temos também as representações da agricultura familiar.</p> <p>Sugestao- acho que no caso dos países das CPLP o estratégico seria que também lutássemos por espaços próprios de diálogos e construção com os governos de políticas para agricultura familiar, pois no Brasil a exemplo o CONSEA e um importante</p>	<p>No dia 25 de abril, ainda esta semana, estaremos reunidos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural do Brasil – CONDRAF, onde estaremos aprovando a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. OBS apos aprovação, nos comprometemos enviar a versao final da política.</p> <p>Portanto nossa prioridade compreendemos que deve ser na implementação da referida política uma vez que a mesma é resultado de diversas conferencias municipais e territoriais, e estaduais e nacional, momentos estes importantíssimos para o balanço das políticas de fortalecimento da agricultura familiar,</p>

			<p>reforço no debate e fortalecimento da agricultura familiar, mas o principal espaço de construção de políticas e o CONDRAF- Conselho Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, cujo último construiu e a Política nacional de desenvolvimento rural, como já citamos na questão anterior.</p>	<p>e demais populações do campo, da floresta e das águas. Com base nas prioridades levantadas foram definidas 100 metas prioritárias, a partir das quais foram definidos os eixos de ações.</p> <p>Este processo também tem sido fundamental na preparação do Ano Internacional da Agricultura Familiar Campesina e Indígena, sendo que a política nacional deverá apontar os próximos passos no fortalecimento da agricultura familiar brasileira para os próximos anos.</p>
Cabo Verde	<p>Ministério do Desenvolvimento Rural através da Direcção Geral da Agricultura que comporta os serviços da Agricultura, da Pecuária e da Animação Rural ou o próprio Departamento de Estatísticas daquele Ministério</p>	<p>% da mão-de-obra familiar envolvida na exploração; Tamanho da propriedade; A integração agropecuária e de outras actividades na propriedade (policultura); forma de comercialização dos produtos; grau de processamento dos produtos na propriedade</p>	<p>O ideal seria que a sociedade civil de uma forma geral participasse com 75% dos membros e nestes, os representantes da agricultura familiar ocupassem 1/3 dos lugares.</p>	<p>Ao nível do Eixo 1- Fortalecimento da governança da segurança alimentar e nutricional: Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); Empoderamento do Sistema Nacional da SAN; Apoio na estruturação e capacitação da Rede SAN; Apoio na estruturação de um sistema de informação da SAN.</p> <p>Ao nível do Eixo 2 - Promoção do acesso e utilização dos alimentos para melhoria dos modos de vida dos grupos mais vulneráveis: Contribuir para melhorar a mobilização e o acesso à água; Apoiar com mecanismos financeiros (micro-crédito, AGR, etc) e sociais que possibilitem maior acesso das famílias mais vulneráveis aos alimentos; Apoiar com a experiência nos domínios de sensibilização,</p>



				<p>informação e formação na área nutricional com vista a prevenir a mal nutrição.</p> <p>Ao Nível do Eixo 3 – Aumento da disponibilidade interna de alimentos com base nos pequenos produtores: Transferência de know how em termos de tecnologia de produção agro-silvo-pastoril, que adequados às condições específicas das Zonas Agroecológicas de modo a aumentar a resiliência dos agricultores familiares; Inrodução de tecnologias sociais que permitam a intensificação, diversificação e valorização da produção local; estímulo ao empreendedorismo rural e a atividades rurais inovadoras e competitivas que possam contribuir para ampliar a garantia da segurança alimentar e nutricional e redução da pobreza; Introdução de técnicas e tecnologias que permitam aumentar a produção das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar; contribuir com experiências que permitam estudar a ampliação e unificação do mercado; Contribuir com experiências de certificação da qualidade dos produtos locais visando o acesso aos mercados turísticos.</p>
Guiné-Bissau	Ministério da Agricultura - Instituto Nacional de Pesquisa Agrária (INPA),	Dimensão do espaço cultivável (propriedade da terra);	Falta de institucionalização do CONSAN no contexto da Guiné-Bissau.	Realização de estudo de diagnóstico sobre a capacidade produtiva,

	<p>Instituto Nacional de Estatística e Censo.</p>	<p>Diversificação e integração de culturas na área de produção (horticultura, orizicultura, fruticultura, silvicultura, pequena criação, pesca artesanal e transformação de pescado);          Forma de produção tendo em conta a sustentabilidade dos recursos naturais e produção ecológica;          Papel da mulher rendimento familiar produção/transformação dos produtos;          Acesso limitado insumos de produção;          Volume de crédito de acordo com a capacidade produtiva, tipo de produto e seu peso no cabaz familiar;          Capacidade empregadora da mão-de-obra local;          Fraca capacidade técnica (acesso limitado tecnologia, i.e., motorização agrícola);          Produção para o Consumo Familiar;          Posse e produção em terras comunitárias;          Responsabilidade Social com a comunidade de pertença;          Saberes e técnicas tradicionais associadas à produção.</p>	<p>Representatividade KAFO a nível nacional, actual coordenador do secretariado da PCPLP e membro a RESSAN-GB.</p>	<p>potencial económico e de emprego da Agricultura Familiar na Guiné Bissau e os principais desafios no contexto da SAN;          Revisão da Lei da Terra com vista à integração da Agricultura Familiar Camponesa;          Motorização da agricultura familiar camponesa como estratégia de aumento de produção;          Banco de Sementes, central de aquisição e distribuição sementes tradicionais, particularmente de cereais;          Acesso ao crédito agrícola;          Melhoria e desenvolvimento das pistas rurais;          Acesso aos mercados e desenvolvimento das fileiras produtivas;          Capacitação a nível da organização dos produtores;          Melhoria capacidade técnica e tecnológica – transferibilidade de processos.</p>
<p>Moçambique</p>	<p>Ministério da Agricultura</p>	<p>Recursos (financeiros, tecnologia, humanos);          Objectivo (alimentação, geração de rendimentos familiares);          Actores (família).</p>	<p>Em Moçambique foi estabelecido o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) que aglutina instituições do governo, privados e sociedade civil. Em termos de representação no secretariado a proporção deveria obedecer critérios</p>	<p>Acesso a recursos (insumos);          Criação de infraestruturas de processamento (transformação);          Disponibilidade de vias de acesso e transporte;          Mercados.</p>

			de proporcionalidade em função às áreas de trabalho, isto é: instituições de produtores, de pesquisa; de indústria e de comércio.	
Portugal	Ministério da Agricultura e do Mar – DGADR, IFAP e GPP	<p>O conceito de Agricultura Familiar deve ser definido por oposição à agricultura patronal. Enquanto no primeiro caso o rendimento retirado da actividade agrícola resulta, predominantemente, do trabalho do Agricultor@ e sua família, na agricultura patronal o rendimento retirado da actividade agrícola resulta, predominantemente, da exploração do trabalho de terceiros que não família.</p> <p>Por outro lado, entende-se que, para se poder considerar agricultura familiar, o rendimento resultante da actividade agrícola e actividades conexas (transformação, artesanato, agro-turismo, prestação de serviços, etc) devem ter um peso significativo no rendimento global do Agricultor@. Salientar que, para o rendimento resultante da actividade agrícola e actividades conexas deve ser contabilizado o comércio informal, o auto consumo e os subsídios ao sector.</p> <p>Assim, entende-se que agricultor@ familiar é aquel@ que, retira o rendimento da actividade agrícola e actividades conexas, empregando,</p>	Pelo menos 1/3	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Direcção dos mercados públicos para absorver os produtos produzidos pela agricultura familiar.</li> <li>- Construção de uma Lei-quadro para a Agricultura Familiar Portuguesa, que defina juridicamente os conceitos e os princípios pelos quais se deve reger a formulação das políticas públicas com impacto na mesma.</li> <li>- Estudo aprofundado ao valor económico e social gerado pela agricultura familiar em Portugal, de forma directa e indirecta, e às suas potencialidades.</li> </ul>

		<p>predominantemente, mão-de-obra familiar e cujo rendimento desta actividade agrícola e actividades conexas representem pelo menos um terço do rendimento global d@ próprio@.</p> <p>Há ainda a questão da dimensão económica máxima, expressa em Valor da Produção Padrão, que deve ser igualmente considerada. Talvez 75.000 mil euros.</p>		
São Tomé e Príncipe	<p>FENAPA, Ministério de Agricultura</p> <p>Federação Nacional dos Pequenos Agricultores de STP (FENAPA/STP)</p> <p>Ministério de Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR)</p>	<p>Dimensão do terreno, área cultivada; trabalho exercido pelos familiares / colaboradores são famílias; tipo de cultivo</p> <p>1º critério: que a parcela da terra não seja superior a 9 ha, embora não exista uma lei criada.</p> <p>2º que seja uma parcela trabalhada ou responsabilizada pela família (pais e filhos)</p>	<p>20% FENAPA, Cooperativas</p> <p>1º representante dos produtores (FENAPA / STP)</p> <p>2º RESCSAN</p> <p>3º Representante de Ministério que tutela sector da agricultura</p> <p>4º representante do sector da saúde</p> <p>5º representante do MNE (Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação)</p> <p>6º Ministério do Comércio</p> <p>Obs. Todas estas instituições deverão ser coordenadas pela Presidência da República.</p>	<p>Legislação sobre o conceito / organização ??? matéria (agricultores familiares)</p> <p>Factores de produção</p> <p>Assistência técnica</p> <p>Migração</p> <p>Centro de pesquisa ?? sementes e plantas</p> <p>Entendemos que deve haver uma definição sobre agricultura familiar</p> <p>Haver directamente apoio sobre a produção, transformação e comercialização dos produtos</p>
PC-CPLP	<p>Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura a través dos Serviços de Extensão Rural e Estatística Agrícola, em colaboração com ONG's intervenientes nas zonas rurais e urbanas, Redes de organizações da</p>	<p>Na Guiné-Bissau, a agricultura familiar é considerada na sua globalidade como um polo de vida nas zonas rurais como urbanas. Embora associada a arcaísmo e fraca eficácia em termos económica, a agricultura familiar</p>	<p>O número de representantes dos agricultores familiares deve ser igual ou superior a dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, afim de dar mais vozes e oportunidade de posicionamento aos agricultores</p>	<p>-Proporcionar uma reflexão nacional para discutir sobre a agricultura familiar de forma significativa afim de melhor definir o conceito, objetivos e atores, e permitir ao país de dispor duma estratégia para a promoção e o</p>

<p>sociedade civil promotoras da agricultura familiar, Associações e Federações de associações camponesas legalmente constituídas, Cooperativas agropecuárias etc., O trabalho de identificação de agricultores familiares guineenses, deve ser orientado de forma a não dissociar o agricultor da exploração agrícola familiar (quinta). Cada agricultor familiar guineense deve ser situado num sistema mais alargado, considerando como unidade de observação a exploração agrícola familiar, quer dizer a família e actividades agrícolas familiares. No contexto guineense, o modelo de questionário de base para inquérito de identificação dos agricultores familiares, devesse associar seguintes informações :</p> <p>Tipologia de agricultores familiares nos espaços rurais e urbanos;</p> <p>Estrutura das explorações agrícolas familiares (orientação técnico económico, dimensão, funcionamento e território);</p> <p>Composição das explorações agrícolas familiares e relações existentes entre actividades agrícolas e outros tipos de actividades;</p> <p>Trajetórias das explorações agrícolas familiares (condição de constituição, início das actividades agrícolas,</p>	<p>guineense esta evoluindo, tornando-se incontornável devido a importante contribuição para o reforço da segurança alimentar, o bem estar social e económico das famílias rurais e urbanas.</p> <p>Trata-se dum sistema de produção alimentar diversificada, orientada a volta da agricultura, da criação de gado, da pesca, da horticultura e da colheita de produtos florestais.</p> <p>Entre os critérios de classificação do agricultor familiar guineense, pode-se citar:</p> <p>Ser agricultor (chefe ou membro de família), cuja subsistência depende fundamentalmente duma agricultura tradicional diversificada, sustentada pela mão de obra familiar, sem recurso a adobos químicos, pesticidas, herbicidas, sementes híbridos e a mecanização agrícola (uso de tratores);</p> <p>Possuir terra e ser capaz de desenvolver actividades de produção agrícola familiar, de garantir melhor utilização possível dos fatores de produção (património familiar), e de responsabilizar-se pela viabilidade económica e social da unidade de produção familiar (quinta);</p>	<p>familiares da CPLP, confrontados a vários desafios que obstaculizam o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar :</p> <p>Marginalização da agricultura familiar associada a arcaísmo e conservacionismo (tradicional);</p> <p>Pauperização dos agricultores familiares;</p> <p>Feminização da agricultura familiar;</p> <p>Dificuldades de acesso a meios de produção (terra, crédito etc.);</p> <p>Dificuldades de acesso a tecnologias apropriadas inovadoras de transformação dos produtos agrícolas;</p> <p>Açambarcamento de terras a grande potencial agrícola, e expulsão dos agricultores familiares ;</p> <p>Baixos preços dos produtos da agricultura familiar, dificuldades de acesso aos mercados, sobre taxação dos produtos agrícolas etc., ;</p> <p>Que seja promovida a dimensão género (integração e responsabilização das mulheres), considerando o papel fundamental por elas desempenhado, como agricultoras familiares, responsáveis pela segurança alimentar e melhoria das condições socio económicas das famílias rurais e urbanas.</p>	<p>desenvolvimento da agricultura familiar....</p> <p>-Apoiar iniciativas de plaidoyer/lobbying junto dos governantes e decisores políticos guineenses, para a implementação efetiva de políticas agrícolas que garantam aos agricultores familiares o direito de acesso a terra, a água, a sementes agrícolas e outros recursos necessários para a produção;</p> <p>-Apoiar iniciativas de plaidoyer/lobbying para que os agricultores familiares guineenses possam escolher livremente a forma como querem fazer valer seu direito à alimentação, melhorar o poder económico, e perenizar um sistema agrícola orientada sobre culturas alimentares para fins da segurança e soberania alimentar, e dinamização da economia familiar;</p> <p>-Apoiar a luta dos agricultores familiares guineenses contra a tendência dos decisores políticos guineenses em desprestigiar a agricultura familiar (parente pobre das políticas agrícolas), em relação a ajuda pública para o desenvolvimento do sector agrícola nacional;</p> <p>-Apoiar a luta dos agricultores familiares guineenses contra a desigualdades de acesso a recursos públicos entre agricultores familiares</p>
--	--	--	---

	<p>motivações para iniciar e perenizar as actividades agrícolas, mobilidade geográfica e profissional etc.);</p>	<p>Produzir alimentos para consumo familiar e gerar rendimentos económicos para prover as necessidades da família (vestuário, medicamentos, escolaridade das crianças, compra de equipamentos agrícolas, gados bovinos etc., Ser capaz de preservar as tradições culturais da família em relação a agricultura, e perpetuar o direito de propriedade da família sobre o património agrícola (terras, gados, bens agrícolas etc.);</p>	<p>e outras formas de agricultura praticadas no país;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Sensibilizar e promover modelos de produção agro-ecológicas, sensíveis a biodiversidade, sustentadas pela pesquisa participativa e programas de vulgarização sob controlo dos agricultores familiares guineenses;</li> <li>-Desenvolver sistema de partilha de informação entre plataformas dos agricultores familiares da CPLP e de atração de recursos humanos disponíveis, experienciais e tecnologias apropriadas inovadoras, para o reforço organizacional e institucional dos agricultores familiares guineenses;</li> <li>-Contribuir para a melhoria da capacidade de auto organização dos agricultores familiares guineenses, de participação nas redes de organizações da CPLP com mesmos fins, promover intercâmbios e posicionamentos comuns em prol de implementação de estratégias para a segurança e soberania alimentar nos países da CPLP;</li> </ul>
--	--	---	--



**Anexo 3 – Sistematização dos comentários recebidos por parte dos membros nacionais da REDSAN-CPLP e por parte da PC-CPLP relativamente à consulta electrónica denominada “Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP” (comentários a vermelho)**

	Importância e Contributo da Agricultura Familiar	Políticas e Instrumentos	Organizações de produtores	Áreas de intervenção prioritárias
Angola	<p>responsáveis por cerca de 80% da produção nacional, alimentando grande parte da população através dos excedentes de produção encaminhados para os mercados 2.058.346 explorações agrícolas familiares ou de famílias camponesas sector artesanal pesqueiro capturou em 2011 cerca de 61.560.000 toneladas de pescado diverso (fonte: GEPE, Resultados da Campanha Agrícola 2010/2011)</p> <p><u>Em Angola quase 100% das explorações agrícolas são do tipo familiar (Na ENSAN fala-se em 99,8 %). Este indicador é revelador do peso e da importância da agricultura familiar na agricultura angolana. Porém, as medidas de política agrícola que vêm sendo seguidas nos últimos anos não têm tido em linha de conta esta realidade, privilegiando o modelo da agricultura em grande escala que tem absorvido grande parte dos recursos financeiros alocados ao</u></p>	<p>programa de micro-crédito, crédito agrícola de campanha e crédito de investimento (todos eles interrompidos)</p> <p>programa de comercialização rural <u>Em relação ao Programa de Aquisição dos Produtos Agropecuários (PAPAGRO), parece-nos que o Ministério do Comercio está a fazer a administração do referido programa. É importante que se tenha em conta o que já existe. O diálogo com produtores está difícil e não se percebe a existência de escalonamento de preços. O PAPAGRO parece estar com alguns problemas estruturais que decorrem, por exemplo, do insuficiente diálogo.</u></p> <p>programa de extensão e desenvolvimento rural (paralisado)</p> <p>programa de apoio e fomento a produção animal</p> <p>programa de desenvolvimento e gestão sustentável dos recursos florestais</p>	<p>produtores familiares estão organizados em associações e cooperativas de camponeses, com um nível organizacional razoável, carecendo de formação para melhor desempenho</p> <p>participação na formulação de políticas públicas feita através das estruturas da União Nacional das Associações de Camponeses (UNACA-Confederação), das Uniões das Associações de Camponeses no Bailundo e na Caála (UACB e UACC), na Província do Huambo, dos Núcleos e Fóruns de Associações e cooperativas (espaços de articulação e concertação das organizações de camponeses nas províncias de Malanje, Benguela e Huambo) e do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA)</p>	<p>qualidade dos produtos</p> <p>assistência técnica</p> <p>formação e capacitação contínuas</p> <p>troca de experiências</p> <p>transformação, armazenamento, conservação e comercialização</p> <p><u>informação de mercado</u></p>

**Formatada:** Tipo de letra: (predefinido) Calibri, 10 pt

**Formatada:** Tipo de letra: (predefinido) Calibri, 10 pt

**Formatada:** Espaço Antes: 6 pto, Depois: 10 pto, Espaçamento entre linhas: Múltiplo 1,15 li



	<p><u>sector agrícola no quadro do OGE. Percebemos que existem mais pronunciamentos (discurso formal) sobre agricultura familiar mas é evidente que as verbas destinadas à agricultura baixaram de 4,1 para 0,8%, no OGE.</u></p>			
Brasil	<p>principal fornecedor de alimentos básicos para a população (87% mandioca, 83% feijão fradinho, 77% feijão, 67% leite de cabra, 59% suínos, 58% leite de vaca, 50% aves, 46% milho)</p> <p>agricultura familiar possui 84,4% do total de estabelecimentos, mas ocupa apenas 24, 3% da área dos estabelecimentos agropecuários ocupa 74% da mão-de-obra rural e corresponde a 38% da produção agropecuária (fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) - programa de crédito destinado a agricultura familiar com juros baixos</li> <li>• PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) - é uma das acções do “Fome Zero” e promove o acesso a alimentos às populações em situação de segurança alimentar</li> <li>• PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) - determina que 30% dos recursos que o governo federal entrega para os municípios devem ser gastos com produtos vindos da agricultura familiar local</li> <li>• PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) - tem como objectivo promover a assistência técnica para os agricultores familiares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• os camponeses e trabalhadores rurais organizam-se sob a forma de sindicatos rurais (A exemplo da Contag, que reúne 4200 sindicatos e 27 federações, representando mais de 20 milhões de filiados), associações e movimentos sociais. Um exemplo de movimento de grande importância no Brasil é do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)</li> <li>• há um conjunto de redes e articulações da sociedade civil que reúnem movimentos sociais, agricultores, povos e comunidades tradicionais, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa</li> <li>• o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão consultivo ligado a Presidência da República, é um espaço de concertação entre governo (1/3) e sociedade civil (2/3) e que tem apresentado importantes resultados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• realizar intercâmbio de experiências entre os países, não só entre os governantes, mas entre a sociedade civil, sobretudo entre os camponeses</li> <li>• instituir programas de compras públicas locais, desde que sejam respeitadas as especificidades e o contexto de cada país</li> <li>• desenvolvimento do acervo legal de garantia de mercados e mecanismos de apoio à produção</li> <li>• garantir a compra directa do produto ao produtor</li> <li>• consciencialização sobre as consequências do mau uso e aplicação de pesticidas</li> <li>• repensar as prioridades de governo quanto ao crescimento da produção de monoculturas</li> </ul>

**Formatada:** Tipo de letra: (predefinido) Calibri, 10 pt

**Formatada:** Tipo de letra: (predefinido) Times New Roman, 12 pt

			na construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	
Cabo Verde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• mais de 90% da produção agropecuária é desenvolvida com base em unidades familiares tradicionais, e na sua maioria destina-se ao consumo do agricultor e sua família</li> <li>• só uma pequena parte da produção (15-20%) se destina à comercialização no mercado local</li> <li>• ocupação de 41.000 família (cerca de 60% da população total)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENSAN (Estratégia Nacional de Segurança Alimentar)</li> <li>• PNSA (Programa Nacional de Segurança Alimentar)</li> <li>• ECRP (Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza)</li> <li>• PNIA (Plano Nacional de Investimento Agrícola)</li> <li>• PNLN (Programa Nacional de Luta contra a Pobreza)</li> <li>• Programa Nacional de Nutrição</li> <li>• Programa Nacional de Alimentação Escolar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• nível de organização dos agricultores é muito baixo</li> <li>• encontram-se organizados em Associações de Desenvolvimento Comunitário, apoiadas por outras organizações da sociedade civil e ONGs (que em conjunto integram várias federações regionais e uma plataforma de ONGs a nível nacional)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• necessidade de melhoria das condições de transformação, conservação e transporte dos excedentes de produtos agrícolas para os mercados locais e abastecimento do sector hoteleiro (em franco crescimento)</li> <li>• implementação de acções que visam uma melhor gestão e uma gestão participativa dos recursos naturais existentes (gestão sustentável da água, fertilidade dos solos, reflorestação)</li> <li>• criação de um quadro de concertação que inclua as organizações de produtores, o sector privado e demais serviços e estruturas de intervenção</li> <li>• alocação de recursos (financiamentos a fundo pedido, micro-crédito e linhas de apoio específicas para a agricultura familiar)</li> </ul>
Guiné-Bissau	<ul style="list-style-type: none"> <li>• os pequenos produtores de tipo familiar de subsistência, estimados em cerca de 120.000 explorações, constituem o essencial da população rural e realizam 90% da produção alimentar constituída essencialmente por arroz, milhos, raízes e tubérculos</li> <li>• a produção alimentar dos agricultores de tipo familiar cobre as necessidades alimentares de 8 meses</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Carta de Política de Desenvolvimento Agrário” (CPDA), com os seguintes objetivos de política: (i) garantir a segurança alimentar; (ii) aumentar e diversificar as exportações agrícolas; (iii) assegurar a gestão racional e a preservação dos recursos agro-silvo-pastoris; (iv) melhorar o quadro de vida das populações rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• as organizações estão ainda numa fase embrionária (fraquezas de ordem organizacional, limitações técnicas) <del>baixo nível técnico-cultural)</del></li> <li>• <del>apesar de presentes na elaboração e implementação de políticas, demonstram fraca capacidade de negociação, advocacia e interpelação em virtude de fraquezas de ordem organizacional e de funcionamento</del></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• melhoria das produções alimentares com acções específicas: melhoramento das técnicas de cultivo através da pesquisa e introdução de sementes melhoradas, adubos químicos, pequenas máquinas agrícolas; protecção das culturas; o uso e gestão de água e nas actividades de pós-colheita; na formação técnica; no</li> </ul>

	<p>por ano</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• preponderância da cultura do caju na obtenção de rendimentos provenientes da troca comercial permitindo aos produtores de tipo familiar cobrir, em média, quase 5 meses de suas necessidades alimentares</li> <li>• a produção de animais é um meio de subsistência e de poupança dos agregados familiares e que contribui para a segurança alimentar</li> <li>• a exploração dos recursos florestais tem um papel importante na economia familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• os instrumentos de implementação de política estão traduzidos em programas e acções no “Programa Nacional de Investimento Agrário” (PNIA)</li> </ul>	<p>Recente tradição de consulta e auscultação da sociedade civil em matéria de SAN, necessidade de capacitação das organizações de produtores para novas formas de participação política, económica e agrícola</p> <p>A RESSAN-GB, criada 2013 engloba associações de produtores, ONGs intervenientes na SAN a nível nacional e a Federação de Camponeses (KAFO), com o objectivo de reforçar da capacidade das Organizações da Sociedade Civil a nível da elaboração, avaliação e monitoria no domínio das políticas públicas de SAN.</p>	<p>acompanhamento e assistência técnica e formação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ordenamento e valorização dos arrozais de mangal e dos pequenos vales para o aumento da produção do arroz</li> <li>• reforço das capacidades técnicas, organizacionais e de gestão das organizações dos produtores</li> <li>• apoio à comercialização (crédito) e armazenagem dos produtos alimentares</li> <li>• melhoria da produção da pequena criação animal familiar (aves, ovinos, caprinos, suínos e outros) através da melhoria das instalações pecuárias, alimentação, sanidade e <del>no melhoramento genético das raças locais</del>. A RESSAN não apoia este último ponto, por se tratar de uma abordagem que envolve a manipulação genética de seres vivos</li> <li>• programa de aquisição de alimentos junto dos produtores familiares</li> <li>• introdução de tecnologias de transformação artesanal da castanha de caju</li> </ul>
Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a agricultura é fundamentalmente de cariz familiar (90%)</li> <li>• as mulheres rurais constituem 70% da população agrícola e são responsáveis por 60% a 80% da produção de alimentos a nível nacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário) - operacionaliza o CAADP</li> <li>• PAPA (Plano de Acção para a Produção de Alimentos)</li> <li>• CAADP (Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• organização dos produtores em associações, (ex: machamba de camponês), uniões, cooperativas e redes</li> <li>• as organizações de camponeses são lideradas pela União Nacional de Camponeses nível muito baixo de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• necessidade de uma maior exploração do potencial das cooperativas, associações de agricultores e movimentos das mulheres rurais</li> <li>• realizar diversas formações, incluindo questões de género,</li> </ul>

		<p>África)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ESAN-CPLP</li> <li>• Fórum dos Pequenos Agricultores</li> <li>• Fórum da Mulher Rural</li> <li>• fraca implementação destas políticas, e a sua implementação não tem surtido o efeito desejado</li> </ul>	<p>participação na discussão e formulação de políticas públicas e programas (devido ao baixo nível de escolaridade da maioria dos camponeses, fraquezas nos processos de consulta e desorganização das associações)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• necessidade de fortalecimento dos mecanismos de participação dos pequenos agricultores, em particular das mulheres rurais</li> </ul>	<p>mudanças climáticas, transferência de tecnologias, visando a erradicação da fome e pobreza e garantir um desenvolvimento sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• apoiar a organização e funcionamento das redes e organizações de produtores</li> <li>• desenvolvimento de melhores políticas ao nível do escoamento da produção e acesso ao mercado</li> <li>• programas de protecção social e alimentação baseados na comunidade</li> </ul>
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• mais de 90% das explorações agrícolas portuguesas utilizam principalmente mão-de-obra familiar</li> <li>• estas explorações agrícolas correspondem a 68% da superfície agrícola útil</li> <li>• a população agrícola familiar representa cerca de 7% da população total</li> </ul> <p>Os responsáveis jurídicos e económicos das explorações agrícolas são esmagadoramente produtores singulares (97%), sendo estes maioritariamente autónomos, o que significa que utilizam principalmente mão-de-obra familiar (destes, 77% têm menos de 5 ha e 94% menos de 20 ha). (Dados RGA 2009)</p> <p>A população agrícola familiar que trabalha na exploração corresponde a 83% dos indivíduos, contribuindo os produtores agrícolas singulares com</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Desenvolvimento Rural (ProDer) - incorpora uma série de medidas de apoio ao sector agrícola (cobrindo áreas como a competitividade, sustentabilidade do espaço rural, dinamização das zonas rurais e cooperação para a inovação), mas não apresenta mecanismos de discriminação positiva da agricultura familiar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• grande número de associações de produtores</li> <li>• o sector agrícola está representado na concertação social (espaço de diálogo entre o Governo e parceiros sociais)</li> <li>• existe um défice de participação dos agricultores e fraca capacidade de influenciar as tomadas de decisão do poder político</li> </ul> <p><u>O sector agrícola está representado na concertação social (espaço de diálogo entre o Governo e parceiros sociais) mas não as estruturas que representam a Agricultura Familiar.</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incentivo aos mercados locais e de proximidade</li> <li>• incentivo à fixação de agricultores, particularmente jovens e em zonas agrícolas em risco de abandono</li> <li>• sensibilização das comunidades para o papel fundamental da agricultura familiar na defesa do ambiente, recursos naturais e património cultural</li> </ul>

	<p>45%, os seus cônjuges com 31% e os outros membros da família com 24%. (Dados RGA 2009)</p> <p>É impossível que as explorações agrícolas do tipo familiar tenham 68% da superfície agrícola útil, bastando para isso ter em conta que as explorações com mais de 100 ha são detentoras de 66% da SAU. As explorações agrícolas do tipo familiar não deverão ter mais de 20% da SAU em Portugal. Trata-se de um erro grave que distorce a realidade. As explorações até 5 ha que representam 75% das explorações existentes têm 12% da SAU. (Dados RGA 2009)</p>			
São Tomé e Príncipe	<ul style="list-style-type: none"> <li>• recolha de dados estatísticos é limitada, pois o último censo agrícola data de 1989</li> <li>• mais de 80% da produção agrícola e piscícola está sob a responsabilidade de pequenos agricultores familiares</li> <li>• 2500 pescadores artesanais (responsáveis pela captura de 4.000 toneladas de pescado anualmente), 3000 peixeiras e 10.000 produtores agrícolas são os principais responsáveis pelo abastecimento de bens alimentares à população</li> <li>• nos últimos anos tem-se notado um aumento de produção em algumas culturas, tais como bana-pão, mandioca e matabala</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENSAN (Estratégia Nacional de Segurança Alimentar), recentemente aprovada pelo Governo</li> <li>• criação por parte do Governo, de Delegações a fim de articular o movimento agrícola, pecuário e pesqueiro junto das comunidades locais</li> <li>• actividades pontuais de incentivo à produção agropecuária e de pescado realizadas conjuntamente pelo governo com parceiros da sociedade civil</li> <li>• participação de ONGs no apoio à produção, transformação e organização dos produtores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• o nível de organização dos produtores em São Tomé e Príncipe é relativamente baixo e estas revelam fraca capacidade para participar na formulação de políticas públicas, em particular pela carência de quadros formados</li> <li>• dificuldade das organizações em se distanciarem do Estado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• necessidade de um novo censo agrícola que permita medir o real impacto da contribuição dos agricultores familiares</li> <li>• reforço da rede de frio para melhor conservação dos produtos frescos</li> <li>• criação de programas de abastecimento das cantinas escolares por produtores locais</li> <li>• apoios à diversificação da variedade de animais bovinos, suínos e caprinos</li> <li>• subvenção dos materiais de pesca e embarcações</li> <li>• formação sobre novas técnicas e artes de pesca, essenciais para o desenvolvimento da pesca artesanal</li> </ul>

